

# Conforme Calmon prefere os bancos fora do pacto

**ADEMAR SHIRASHI**

"Medida corajosa é não gastar", diz o presidente do Banco Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), Angélo Calmon de Sá, ao opinar sobre a política econômica do governo Tancredo Neves. Segundo ele, o atual governo deixa para o próximo medidas na área fiscal que permitem, neste ano, conter o crescimento real da dívida pública e baixar os juros para possibilitar a reativação da economia e ainda criar espaço para as obras sociais prometidas por Tancredo. Mas Calmon de Sá já avisa que os banqueiros não têm como dar contribuição adicional ao pacto social.

O presidente do Econômico argumentou que o próximo governo terá grande margem de manobra para cumprir a programação monetária de expansão de apenas 60% este ano na oferta de moeda, e chegar a dezembro com a inflação na taxa anualizada de 120%, conforme promessa contida na 7ª Carta de Intenções do País ao FMI.

Calmon de Sá discorda da opinião de Tancredo de que o atual governo deixa herança calamitosa. Observa que, apesar de o déficit público e a inflação ainda permanecerem no "nível de calamidade", o novo governo contará com a sua própria credibilidade e os instrumentos herdados para atacar a inflação.

Ressalta que a essência do ajuste econômico está no superávit fiscal projetado de Cr\$ 42 trilhões, ao longo deste ano. Para alcançar esse saldo de caixa, Calmon de Sá lembra que, do lado da receita, pesará o aumento da arrecadação tributária — revista para Cr\$ 110 trilhões pelo atual secretário da Receita Federal e homem certo na administração Tancredo, Francisco Neves Dornelles — mesmo com a pequena mudança na carga fiscal.

Do lado das despesas, as pressões diminuirão sobre os cofres da União, em razão do fim dos subsídios creditícios, a retirada do crédito-prêmio do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao setor exportador e a conclusão das grandes obras.

Com a extinção do crédito-prêmio do IPI até abril próximo, Calmon de Sá prevê "uma loucura" de aumento na receita deste tributo. Segundo o representante dos banqueiros, no CMN, a arrecadação adicional de IPI deve superar o equivalente a mais de US\$ 2 bilhões e chegar perto de Cr\$ 8 trilhões, à cotação do dólar em abril.

"As grandes obras também deixarão de gerar déficits fenomenais e algumas começarão a produzir receitas", acrescenta Calmon de Sá.

Se tudo correr como espera o CMN, o Banco Central poderá mesmo receber Cr\$ 42 trilhões de recursos do Tesouro e destinar os Cr\$ 16,23 trilhões previstos na programação monetária para a cobertura dos juros das ORTN e dos deságios das LRTN, o que permitirá o congelamento da dívida interna, em valores reais.

## Dívida pública

Sem crescimento real da dívida pública, Calmon de Sá não tem dúvida de que o governo vai ajudar a "puxar as taxas de juros para baixo". Argumenta ainda que a liberdade às operações de

open trará outra contribuição para a redução do custo do dinheiro, superada a tendência altista inicial. Com as forças de mercado a favor, o presidente do Econômico diz que nem o firme cumprimento da meta de expansão monetária de 60% forçará o aumento dos juros. Em consequência do controle da expansão monetária e tendência baixista dos juros, Calmon de Sá aposta na queda da inflação e reestímulo aos investimentos produtivos no País, mesmo sem a participação dos bancos no cogitado pacto social do governo Tancredo.

Após apresentar os aspectos positivos da política econômica como um todo, o presidente do Banco Econômico procura desfiar o rol de argumentos

contrários à extensão de eventuais sacrifícios do pacto social aos bancos. Lembra que o índice de lucratividade do sistema financeiro atingiu 2% do total dos ativos, na média dos dez anos anteriores a 1983, com picos de 2,5%. "Porém, no segundo semestre de 1984, os balanços das instituições financeiras devem refletir índice de lucratividade média de 0,6%", afirma Calmon de Sá.

Para mostrar que os bancos também estão com os cintos apertados, cita o recolhimento compulsório de 50% sobre os depósitos à vista e de 22% sobre a captação remunerada, a concorrência do governo em "todos os lados", a imposição de ORTN com correção monetária parcial para a cobertura de dívidas anteriores da Previdência Social e, principalmente, a cobrança antecipada de Imposto de Renda com as maiores alíquotas vigentes no País.

"Além de estar todo regulado pelo CMN, o Banco Central, as instituições financeiras já dão contribuição muito grande à execução da política econômica. Então, a margem de manobra dos bancos para aceitar sacrifícios é mínima" —, reitera Calmon de Sá, ao registrar ainda que, no caso do Econômico, os lucros do grupo virão, no fechamento dos balanços de 1984, das empresas não financeiras.

O membro do CMN ressalta ainda que, num País com inflação de mais de 220% ao ano, "todo mundo é especulador financeiro", considerando natural que todas as pessoas físicas e jurídicas procurem preservar o seu patrimônio da inflação. Destaca, porém, que "a especulação financeira distorsiva está diminuindo. O volume remanescente de empréstimos a juros fixos foi drasticamente reduzido e os sócios da inflação estão desaparecendo", diz Calmon de Sá.

Para ele, cabe ao governo Tancredo mostrar competência, seriedade e disciplina para tirar proveito da credibilidade popular e derrubar a expectativa inflacionária, desde o dia da posse.

Brasília/Ag. Estado